

As Diretrizes Voluntárias

Um déficit de dados?

Daniel Hayward // 4th October, 2022



Introdução



Qualquer pessoa que trabalhe na área de posse da terra e sua governança estará ciente da existência das Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Posse de Terra, Pesca e Florestas (VGGTs - sigla em inglês).

Da mesma forma, muitos(as) saberão que 2022 é o aniversário de dez anos de sua aprovação



Já houve vários fóruns on-line para marcar esta ocasião e considerar os impactos das VGGTs, com uma outra homenagem planejada para 6-7 de outubro deste ano, em Roma.

Esta história de dados tem o objetivo de examinar alguns desses impactos.

Para tanto, destaca os dados disponíveis sobre como as VGGTs foram implementados e se isso resultou em mudanças tangíveis na segurança da posse da terra para as comunidades em todo o mundo.

Trata-se tanto de uma investigação dos dados ausentes quanto dos que existem, destacando a dificuldade de medir o impacto de um conjunto tão amplo de diretrizes com muitos pontos de aplicação. No entanto, tal trabalho é necessário se quisermos avaliar o legado das VGGTs e propor passos concretos para avançarmos nos próximos anos.



Quase todos os guias ou artigos escritos sobre o VGGT fornecem um histórico das negociações que levaram à sua criação. Não é a intenção desta história de dados repetir este trabalho. No entanto, para aqueles(as) que gostariam de uma simples atualização, por favor clique:

Voluntary Guidelines on the ...

Comprehensive material on the special VGGT issues page

<https://landportal.org/vggd>



Há também uma riqueza de materiais de apoio aos VGGTs, incluindo guias técnicos, manuais de treinamento, relatórios de estudos de caso e artigos acadêmicos.

A partir de 6 de julho de 2022, colocando o título completo das diretrizes (Diretrizes Voluntárias para Governança Responsável da Posse de Terra, Florestas e Pesca no Contexto da Segurança

Alimentar Nacional) no Google Scholar foi obtido 23.600 resultados com a sigla "VGGT" produzindo mais de 1.200 resultados.



A história de dados possui a seguinte estrutura:

Seção 1: Implementação investiga a aplicação das VGGTs em ações de desenvolvimento no mundo real. Isto inclui dados sobre o trabalho do projeto, incluindo conscientização, treinamento técnico, implementação legal e trabalho baseado na comunidade. A seção considera o financiamento envolvido em tais projetos, a distribuição geográfica do trabalho e alguns dos resultados.

Seção 2: Estudos de **impacto** analisam alguns exemplos de dados disponíveis sobre os efeitos dos VGGTs, juntamente com modelos de estudo de caso. Investigamos se os dados dão uma indicação clara de como as mudanças nas leis e políticas de posse de terra funcionam para transformar a vida das pessoas.

Seção 3: A história de dados conclui com algumas **reflexões**.



O VGGT estabeleceu um desafio para ser "um instrumento voluntário que pretendia ser aspiracional, político, técnico e cobrir a gama de desafios de posse de terra e administração em todo o mundo na medida em que esses desafios variam notavelmente em níveis regionais, nacionais e locais"

Myers e Sanjak (2022)



1. Implementação

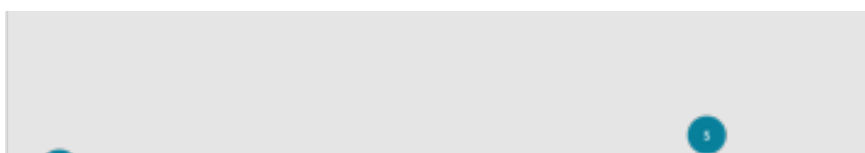


Utilizar qualquer ferramenta que possa ser aproveitada para mobilizar a partir da base - e as diretrizes podem ser utilizadas desta forma. Há uma tendência a esperar que as autoridades implementem as diretrizes. Qualquer pessoa pode usar as diretrizes a qualquer hora, em qualquer lugar".

Jennifer Franco, Transnational Institute (TNI), citada em Halls, Scoones e Henley (2016)



144 países aprovaram o VGGT em três fóruns internacionais de 2012 a 2015.





As diretrizes estão agora disponíveis em pelo menos 20 idiomas.

Mas como vocês implementam os VGGTs?

Esta pergunta está longe de ser simples, apesar do próprio documento fornecer orientações sobre processos e conteúdos para ajudar a desenvolver e implementar leis, políticas e programas.

Hall, Scoones e Henley (2016) observam que as autoridades estaduais têm o papel final de integrar os VGGTs na legislação nacional antes de operacionalizá-los até os níveis locais.

No entanto, um ponto-chave dos VGGTs é a promoção de plataformas multilaterais reunindo vários atores (sociedade civil, ONGs, setor privado) tanto para se envolverem com os VGGTs em suas próprias práticas como para responsabilizar o Estado caso eles atrasem a implementação.

As Diretrizes incentivam múltiplos pontos de engajamento de cima e de baixo (ou seja, respostas baseadas na comunidade), para responder aos complexos desafios das questões de posse de terra.



"Os VGGTs mudaram o jogo ao trazer grupos marginalizados para o debate político pela primeira vez. Os VGGTs têm fornecido uma estrutura para que organizações da sociedade civil, grupos de agricultores e comunidades indígenas contribuam para as discussões políticas. Antes do endosso dos VGGTs em 2012, o envolvimento com esses grupos não estava na agenda e era visto como um assunto quase exclusivamente discutido pelos governos."

Entrevista do Land Portal com Javier Molina Cruz, 26 de outubro de 2021 – Levando o VGGT para o próximo nível.

Duas áreas de implementação são agora objeto de atenção específica: os projetos de desenvolvimento e as atividades de conscientização

Projetos de desenvolvimento



Women preparing the Gnetum (okok) nursery in the village of Minwoho. Lekié, Center Region, Cameroon, 2012. Photo by Ollivier Girard/CIFOR, [CC BY-NC-ND 2.0](#)

Em abril de 2013, o Grupo de Trabalho Global de Doadores sobre a Terra foi lançado com o objetivo expresso de apoiar as agências doadoras bilaterais e multilaterais em seus esforços para implementar os VGGTs. Ele é sediado pela Plataforma Global de Doadores para o Desenvolvimento Rural, que é uma rede de 40 agências de desenvolvimento, instituições financeiras internacionais, organizações intergovernamentais e fundações.

O Grupo de Trabalho Global de Doadores sobre a Terra elaborou um mapa e um banco de dados que reúne o planejamento de projetos sobre os VGGTs. Em 17 de setembro de 2022, o banco de dados registra 853 programas em 144 países parceiros, com 753 programas concluídos e 100 ainda ativos. Estes, coletivamente, utilizaram US \$9,7 bilhões, dos quais os programas concluídos utilizaram US \$8,1 bilhões e os programas ativos destinaram fundos a um total de US \$1,6 bilhões. Há 21 doadores fornecendo este financiamento que são uma mistura de agências governamentais nacionais, instituições financeiras internacionais, organizações intergovernamentais e fundações.

Clique nos ícones de status 'Todos', 'Ativo' e 'Concluído' para explorar o seguinte mapa do programa de governança da terra

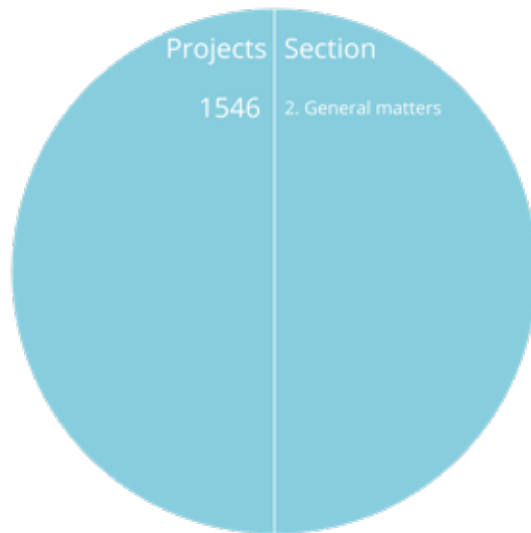
Land governance Programme Map & Database
 853 programmes, 99 active, 754 completed
 USD 1.6 billion for active programmes

Filter for programmes

Print Export

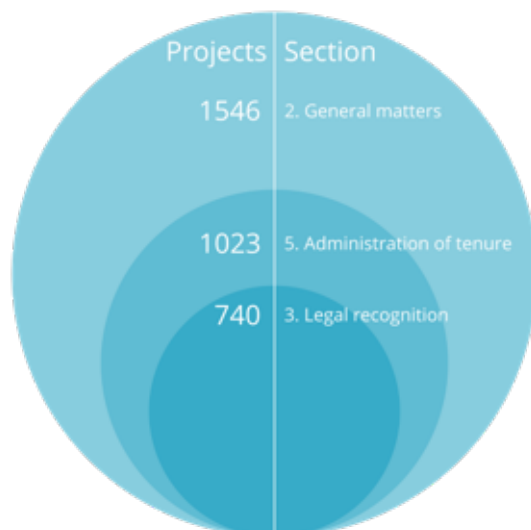
XXX programmes
 by your selection

Show programmes



A seguinte visualização destaca o número de projetos que integram cada componente dos VGGTs.

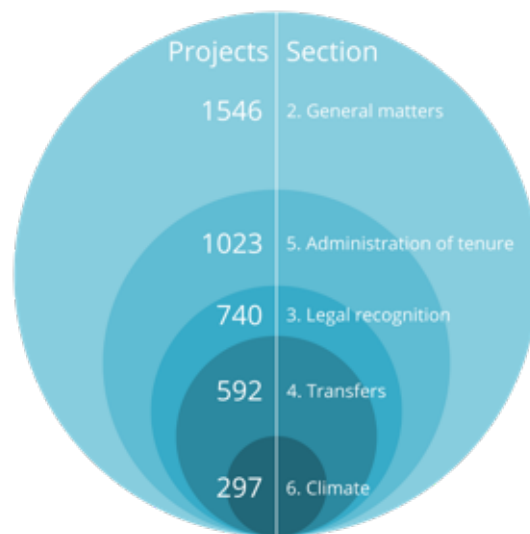
Não é surpreendente que a Seção 2 esteja mais representada em projetos, abrangendo assuntos gerais de segurança da posse, tais como "Direitos e responsabilidades relacionados à posse" (capítulo 4) e "Prestação de serviços" (capítulo 6).



Além disso, é notável que enquanto vários projetos tratam de todos os componentes dos VGGTs, um número maior é encontrado em relação a:

- Seção 3 (**Reconhecimento legal e atribuição de direitos e deveres de posse**). Isto inclui "Salvaguardas" (capítulo 7) e "Posse informal" (capítulo 10)
- Seção 5 (**Administração da posse**). Isto inclui "Registros de direitos de posse" (capítulo 17) e "Planejamento espacial regulamentado" (capítulo 20).

Estas duas seções são, sem dúvida, as áreas mais técnicas do trabalho.



Há mais duas sessões de trabalho, com menos, mas ainda um número significativo de projetos de conexão

- Seção 4 (**Transferências e outras mudanças nos direitos e deveres de posse**). Isto inclui "Investimentos" (capítulo 12) e "Reformas redistributivas" (capítulo 15).
- Seção 6 (**Respostas às mudanças climáticas e emergências**). Isto inclui "Desastres naturais" (capítulo 24) e "Conflitos em relação à posse de terra, pesca e florestas" (capítulo 25).

Isto aborda um debate de grande interesse. As questões de segurança da posse devem ser abordadas através de soluções técnicas (por exemplo, através de novas leis, políticas de gestão ou capacitação) ou outros meios, tais como diálogos de múltiplos participantes, campanhas

informativas ou trabalho de projeto de baixo para cima.

As opiniões divergem a esse respeito, mergulhando na complexidade do que pretendemos primeiro pela implementação, e depois como medimos os impactos/resultados dessa implementação.

Conscientização

Um processo chave na implementação dos VGGTs tem sido os exercícios de conscientização. Estes são considerados necessários para explicar o conteúdo dos VGGTs a plataformas multilaterais em vários países, e permitir a discussão sobre sua potencial aplicação.

Um relatório de comemoração de cinco anos para os VGGTs destaca oficinas, das quais a conscientização é um componente central, em 78 países.



Map from the commemoration report



2. Impactos

Se a implementação dos VGGTs parece repleta de complexidade, medir os impactos das diretrizes é uma perspectiva igualmente intrincada. Poder-se-ia pensar que com uma abordagem predominantemente tecnocrática para melhorar a segurança da posse da terra, haveria uma grande quantidade de dados disponíveis estabelecendo indicadores para uma implementação bem sucedida e fazendo medições em níveis nacionais e subnacionais. No entanto, este não é o caso, como veremos.

Quantificar os impactos envolve medir a mudança em um sistema de posse de terra através da aplicação dos VGGTs. Mas como separar esta aplicação de outras influências sobre o sistema? Por exemplo, pode haver uma dinâmica política interna em um país permitindo mudanças em sua governança de terra, e os VGGTs oferecem um meio para implementar essa mudança. Mas como se dá então um peso válido às influências resultantes?

Esta seção compreende duas partes. Em primeiro lugar, analisamos três conjuntos de dados para ver o que eles nos dizem sobre os impactos dos VGGTs. Em segundo lugar, observamos a visão contrastante de dois estudos de caso, onde uma abordagem discursiva pode representar um quadro melhor para análise.

2.1 Conjuntos de dados

Na pesquisa para esta história de dados, uma exploração dos 54 conjuntos de dados listados no [site do Land Portal](#) descobriu poucas referências aos VGGTs. Na seção anterior, já vimos a lista de países que endossam as Diretrizes e os dados sobre o funcionamento do projeto do Grupo de Trabalho de Doadores Globais sobre a Terra.

A seguir, apresentamos *um breve levantamento de outros três conjuntos de dados*. Entretanto, não veremos necessariamente uma ligação direta entre os dados e os impactos dos VGGTs, com mais perguntas levantadas do que respostas.

Conjunto de dados 1: Prindex - o Índice Global de Direitos de Propriedade

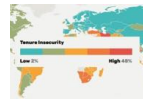
A Prindex fornece um indicador que mostra a percepção das e dos cidadãos sobre a segurança de suas terras e direitos de propriedade. O indicador compreende 60 componentes baseados em uma questão central - "Nos próximos cinco anos, quão provável ou improvável é que você possa perder o direito de usar esta propriedade, ou parte desta, contra sua vontade? Foram feitas leituras iniciais para 10 países em 2016-2017, aumentando para 33 países em 2018-2019, e depois para 141 países em 2019-2020.

Desde 2020, a Prindex tem sido capaz de fornecer uma comparação global sobre os temores de despejo. Um relatório comparativo deste ano sugere que quase um bilhão de pessoas em todo o mundo temem o despejo de suas terras ou propriedades nos próximos cinco anos, o que representa quase um em cada cinco adultos dos 140 países pesquisados.

Prindex land rights data on ...

Click here to explore an interactive map and data charts on Prindex lan...

<https://www.prindex.net/data/>



O indicador é destacado pelo Land Portal como uma ferramenta importante para monitorar iniciativas como os VGGTs, com uma avaliação de nível global da segurança da posse. No entanto, encontramos aqui um problema. O conjunto de dados certamente atua como um monitor útil com potencial para fornecer dados longitudinais sobre as percepções de segurança da posse da terra e da propriedade. No entanto, não há uma linha clara para colocar a influência dos VGGTs aqui, e se as Diretrizes tiveram um impacto direto sobre a segurança da posse da terra.

Conjunto de dados 2: Indicadores sobre expropriação, compensação e reassentamento

Em 2016, em conjunto com a Universidade de Groningen e o Instituto de Recursos Mundiais, o pesquisador [Nicholas K. Tagliarino](#) produziu um [conjunto de dados](#) analisando como as leis **nacionais de desapropriação medem até as estipulações relevantes na Seção 16 dos VGGTs**. Ele o faz utilizando 24 indicadores (com uma resposta simples de sim, parcial ou não)

aplicados a 30 países, 15 da Ásia e 15 da África. A imagem a seguir oferece uma classificação geral através do conjunto de dados.



Imediatamente estes resultados devem desencadear sinais de alarme.

Apenas três países, *Índia*, *Vietnã* e *Indonésia*, são identificados como tendo leis adequadas que exigem que seus governos pesquisem, informem e consultem as populações sobre casos de expropriação. No entanto, a expropriação e a compensação continuam sendo temas centrais de debate no Vietnã, onde a aquisição de terras, particularmente na conversão de áreas agrícolas para usos urbanos e industriais, permanece controversa. Este não é um país onde o alinhamento legal com os VGGTs tenha resultado em melhorias generalizadas. No caso da Índia, de que leis estamos falando? Este é um país de extremo pluralismo jurídico, com múltiplas leis desde a época colonial até o presente, e entre os níveis de governo nacional e subnacional. Por exemplo, o [Centro de Pesquisa sobre Políticas](#) estimou que existem mais de cem leis apenas sobre aquisição de terras, e haverá princípios contraditórios apresentados neste órgão legislativo. Assim, enquanto o Direito à [Compensação Justa e Transparência na Aquisição, Reabilitação e Reassentamento de Terras](#) (RFCTLARR - sigla em inglês) de 2013 atualizou a legislação colonial draconiana para tentar uma aquisição mais justa e equitativa de terras, outras leis podem não ser tão favoráveis.

Deve ser enfatizado que em um [documento de trabalho](#) de apoio ao conjunto de dados, Tagliarino afirma que os resultados não levam em conta a forma como as leis são implementadas na prática. Portanto, mais uma vez, estamos diante de uma medição incerta do sucesso para os VGGTs.

Conjunto de dados 3: Avaliação da transparência, inclusão e sustentabilidade nas aquisições de terras em grande escala na África

Um [relatório de 2022](#) da Iniciativa Land Matrix (LMI - sigla em inglês) avalia a conformidade

entre as aquisições de terras em larga escala na África com os VGGTs (outros relatórios estão sendo elaborados para a Ásia e a América Latina). Para isso, eles analisaram negócios que converteram mais de 200 hectares de terra de uso comunitário ou fornecimento de serviços ecossistêmicos importantes, para fins comerciais. Isto utilizou dados oficiais e não-oficiais. Cada transação foi monitorada usando 16 variáveis da Land Matrix que se alinham aos 18 artigos da VGGT com foco na aquisição de terras em larga escala. Para que um negócio seja considerado, ele precisa fornecer pontuação para pelo menos duas variáveis, enquanto o país onde ele ocorre precisa fornecer pelo menos dois negócios. 23 países na África foram contratados para a avaliação, com um total de 730 negócios.



Only in three African countries do the majority of deals comply on a satisfactory basis with the VGGT's



Land Matrix visualisation of countries involved in large-scale land acquisition deals

O resultado não parece tão positivo, e a Land Matrix enfatiza a necessidade de uma reforma agrária acelerada, responsabilidade das empresas e dos países investidores, e maior transparência e monitoramento, a fim de enfrentar os resultados negativos. Mais de 78% dos negócios mostraram níveis insatisfatórios de

conformidade com os VGGTs, levando uma pontuação inferior a 50 (de um total de 100). De fato, 20% dos acordos tiveram pontuação 0. Enquanto isso, 20 dos 23 países tiveram pontuação insatisfatória em termos de implementação dos VGGTs. Isto significa que os VGGTs não estão trabalhando na implementação. Mais uma vez, devemos ser cautelosos em nossa análise aqui. Da mesma forma que muitos fatores podem contribuir para melhorar a posse da terra, múltiplas dinâmicas podem inibir tal melhoria, das quais a falha na implementação dos VGGTs pode ser apenas uma.

2.2 Estudos de caso

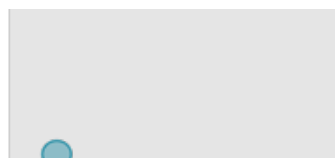
Como alternativa aos conjuntos de dados quantitativos, os relatórios de estudo de caso fornecem um meio mais descritivo de avaliação dos impactos dos VGGTs. Em um artigo de 2022, [Gregory Myers e Jolyne Sanjak](#) observam o seguinte:

"Medir o impacto do VGGT é um desafio, particularmente porque não há dados de base disponíveis por país, uma definição de comum acordo para medir a segurança, ou uma tentativa consistente de monitorar o impacto do VGGT desde que ele foi adotado. Mais importante ainda, o VGGT em si não inclui uma estrutura de monitoramento ou implementação, complicando ainda mais a medição do impacto". (p. 3)

Este é certamente o argumento desta história de dados, refletindo a complexidade de um conjunto de diretrizes voluntárias com um escopo global, a amplitude de opções em como elas podem ser aplicadas e a dificuldade de separar a influência dos VGGTs de outros fatores. Portanto, Myers e Sanjak apresentaram resultados qualitativos do estudo de caso, uma abordagem replicada nesta subsecção. Os dois casos de Serra Leoa e Colômbia refletem uma abordagem discursiva para mapear como os VGGTs têm sido aplicados em leis e políticas, utilizados dentro de processos de paz e usados para criar plataformas de múltiplos atores para um processo inclusivo para melhorar a segurança da posse da terra. Isto não significa que há uma ausência de dados para apoiar os casos como histórias de sucesso. O vídeo em anexo sobre a Colômbia oferece uma base quantitativa de dados antes de passar para o impacto dos VGGTs. Mas os casos são representativos de uma abordagem para relatar histórias de sucesso singulares, em vez de procurar análises de dados interligados.

Estudo de caso 1: Serra Leoa

Serra Leoa é a história de sucesso mais citada da implementação do VGGT. [11](#)



anos de guerra civil levaram a uma significativa degradação do ecossistema e a conflitos de terra, afligindo uma população onde dois terços é de pequenos(as) agricultores(as). Em 2014, o governo concordou em usar os VGGTs como uma estrutura para desenvolver uma nova política de terras. Em abril de 2014, foi realizada a primeira oficina de uma plataforma multilateral para instigar este processo, envolvendo mais de 100 atores. A nova Política Nacional de Terras foi adotada em 2015. Mais de 90 parágrafos desta política fundiária nacional de 2015 seguem de perto o texto dos VGGTs. Desta forma, o caso fornece uma imagem modelo de como transformar leis frágeis numa legislação nacional rígida, uma linha de base para a mudança sistêmica dentro de um país. Dois novos grupos de trabalho técnicos foram formados posteriormente para ajudar na implementação após a promulgação da política. Estes foram o Grupo de Trabalho Técnico de Serra Leoa (TWG - sigla em inglês), focado na legislação e administração de terras, e o Grupo de Trabalho de Agricultura Responsável (TWG RAI - sigla em inglês), olhando para o investimento agrícola. Ao lado de um compromisso de coordenação interministerial, havia fortes defensores(as) do VGGT na sociedade civil que poderiam ajudar a informar as e os cidadãos sobre seus direitos.



*Serra Leoa, foto de Annie Spratt, Creative Commons CC0 1.0
Universal Public Domain Dedication*

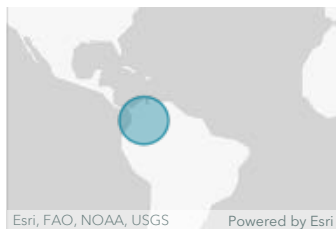
Há exemplos onde a política tem sido aplicada. Myers e Sanjak observam como um arrendamento pré-político de terras de 40.000 hectares foi entregue pela empresa privada de óleo de palma sustentável Natural Habitats Sierra Leone, para depois passar por um processo de consentimento livre, prévio e informado. Entretanto, não está claro como o governo irá

trabalhar com toda a legislação para aplicar aos investimentos existentes. Para todo o trabalho colocado na construção da plataforma multifuncional, ainda há a necessidade de uma vontade política sustentada para implementar a Política Nacional de Terras em nível local.



As duas figuras mostram os elementos teóricos para uma plataforma bem sucedida de múltiplos atores, e como isto foi posto em prática em Serra Leoa (antes da introdução do Grupo de Trabalho de Agricultura Responsável).

Estudo de caso 2: Colômbia



Em 2016, o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército Popular (FARC - sigla em espanhol) assinaram um acordo de paz que pôs fim a mais de 50 anos

de conflito armado. Este conflito deixou um legado de questões rurais, incluindo a insegurança da posse informal, onde 41,4% de todas as terras estão nas mãos de 0,4% de todos os proprietários(as) de terras. Os VGGTs têm sido utilizados para promover uma plataforma participativa múltipla, apoiar o processo de paz e instigar uma reforma rural abrangente. Isto incluiu a proteção de 100.000 hectares de terra sob ocupação de minorias étnicas. Outros projetos incluem uma campanha de mapeamento cadastral de massa e abordam a concentração e expropriação de terras.

Um destaque da implementação dos VGGTs é a forma como os grupos indígenas trabalharam com as autoridades dos parques nacionais para a co-administração de áreas de terra que se

sobrepõem, usando os VGGTs como uma linha de base para esta governança. O Programa de Governança Fundiária da UE relata como tem auxiliado nesta área, ajudando a desenvolver estratégias de gestão de conflitos e apoiando um processo de restituição para as comunidades étnicas. Isto ajudou 744 famílias e 3.054 pessoas, com o apoio da governança local em 5 áreas protegidas.



Colômbia - Plantando café, Semeando a paz (sob um processo de restituição de terra), foto de UN Women, Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs 2.0 Generic, [CC BY-NC-ND](#)



3. Reflexões



Esta história de dados é também uma história sobre a falta de dados quantitativos. É mais provável que encontremos material de estudo de caso (como representado nos dois exemplos

acima) do que conjuntos de dados. Mesmo onde há dados disponíveis, eles geralmente apresentam mais perguntas do que respostas, portanto é difícil atribuir o sucesso ou o fracasso à implementação do VGGTS. O que significa sequer implementar os VGGTs? Como podemos estabelecer uma medida padrão quando existem diferentes interpretações localizadas das Diretrizes?

Ainda assim, não devemos subestimar o quanto os VGGTs podem ser vistos nas mais diversas perspectivas. Um [relatório de Fern de 2018](#) byobserva um consenso generalizado de que "os VGGTs são um padrão global progressivo de posse de terra". Da mesma forma, [uma coalizão de OSCs e ONGs relacionadas à terra](#) reconhece como elas "fortalecem nossas próprias capacidades, para responsabilizar os atores estatais e corporativos pelas violações dos direitos humanos".



Para algumas reflexões conclusivas sobre esta história de dados, vamos voltar a algumas das principais características dos VGGTs. Primeiramente, a natureza das Diretrizes como leis frágeis provou ser controversa, mas nunca houve uma proposta realista de ter um conjunto de diretrizes executáveis e depois ratificadas por tantos países.

[Louisa Janssen, da FAO, explica que:](#)

"Os VGGTs não substituem as leis, compromissos, tratados ou acordos nacionais ou internacionais existentes. Ao mesmo tempo, eles não limitam ou

minam quaisquer obrigações legais que os Estados possam ter sob o direito internacional".

Mas isto resulta num progresso lento para sua implementação, apesar da quantidade de trabalho em curso ([Halls, Scones e Henley, 2016](#)).



Em segundo lugar, a abordagem tecnocrática da governança da terra através dos VGGTs permite um procedimento despolitizado para melhorar a posse da terra nos sistemas jurídicos. Mas há um limite para o que esta abordagem pode fazer, particularmente ao lidar com complexos desafios sociopolíticos entrincheirados, dos quais a terra é um componente.

Não há meios de abordar "[as causas estruturais por trás da desapropriação, concentração da terra e destruição dos ecossistemas](#)" e, em vez disso, muitos programas continuam priorizando o acesso corporativo e a exploração da terra em vez de privilegiar as pessoas vulneráveis e marginalizadas.

[Fern \(2018\)](#) sugere uma abordagem técnica e baseada no mercado, em vez de direitos. Eles temem que isso aconteça:

"Os processos oficiais de múltiplos atores sobre a política de terras/VGGT tendem a ser exercícios técnicos de cima para baixo, que não têm incluído as mulheres e outros grupos vulneráveis".



Isto se vincula ao nosso terceiro componente, ou seja, a incorporação de uma plataforma de múltiplos atores em um processo para melhorar a posse de terras.

Por um lado, tais plataformas são promovidas como uma forma inclusiva de abordar questões de posse, transferidas para leis e políticas emergentes. Entretanto, Hall, Scoones e Henley (2016) advertem que existe uma lacuna entre os princípios de capacidade e a realidade local, com a necessidade de maior empoderamento da comunidade.

Levando em conta as questões de implementação:

"Dez anos após a adoção das Diretrizes de Posse, a apropriação de terras e recursos continua em todo o mundo, resultando em graus alarmantes de concentração de terras e recursos naturais nas mãos de alguns poucos atores poderosos".



Mas para aqueles desdenhosos das diretrizes, vale a pena lembrar que os VGGTs trouxeram a posse da terra aos olhos do público em maior grau do que nunca, como resultado, gerando uma grande quantidade de financiamento e informações para catalisar a melhoria dos regimes de posse. Alguns desses fundos poderiam ter sido melhor utilizados? Provavelmente, mas, no mínimo, há um legado a ser construído. Ao chegarmos ao aniversário de 10 anos dos VGGTs, muitos profissionais estão perguntando o que irá acontecer.

Myers e Sanjak se perguntam se deveria haver um VGGT 2.0. Mas talvez seja hora de desviar a atenção das diretrizes e garantir que elas sejam integradas como padrão nos processos de desenvolvimento, em vez de serem o objetivo de implementação. Neste sentido, é um momento em que elas se incorporam às práticas, normalizadas para uso pelos países anteriormente contrários à sua incorporação às leis e práticas nacionais.

Citação sugerida

Hayward, Daniel. (2022). As Diretrizes Voluntárias - Um déficit de dados? Land Portal.

Agradecimentos

Agradecimentos a Francesca Romano da FAO, por seu apoio na elaboração desta história de dados, e a Romy Sato do Land Portal pela coordenação e edição

Licença

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([CC-BY-4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/))